

Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral

Senhor presidente da Associação 25 de Abril,
Senhor presidente do Congresso da Democracia Portuguesa,
antes de mais os meus agradecimentos pela a honra do convite que me foi dirigido para participar nesta primeira sessão deste tão oportuno Congresso e permitam-me que na pessoa de ambos aproveite para dirigir uma saudação muito sincera aos militares de Abril, aqueles que se as coisas tivessem corrido mal há 30 anos teriam sido exclusivamente responsabilizados, se não mesmo diabolizados, pelo gesto e pela atitude que tinham tomado. Aqueles precisamente que por tudo ter corrido bem merecem uma palavra destacada de felicitações e sobretudo de sincero agradecimento.

Minhas senhoras e meus senhores,
foi-me pedido que falasse sobre o tema Portugal e o Mundo nos últimos anos e nos próximos.

Regressemos a 1961, quando começou a chamada guerra do Ultramar. Todos recordamos qual era a nossa política perante o mundo. Por razões ideológicas não tínhamos relações nem com o bloco soviético nem com a China Popular. Por razões meio ideológicas, meio históricas, meio políticas não tínhamos relações com o mundo árabe. Por razões políticas fomos perdendo relações com o mundo afro-asiático. Depois fomos perdendo apoios no chamado mundo ocidental e acabámos com o chefe do Governo português a proclamar de uma forma que julgo sincera, que estávamos no caminho certo ao conduzir uma política orgulhosamente sós.

Com o 25 de Abril tudo mudou. Não vou referir-me agora ao cessar-fogo e à consagração da política de autodeterminação e independência para as colónias portuguesas nem ao facto em si das três independências, mas vou referir-me a um ponto que foi nessa altura denominador comum de todos os agentes políticos e partidos que foi a abertura de relações diplomáticas com todos os países do mundo, que foi a consagração de uma política de participação activa na Organização das Nações Unidas e, em geral, nas diferentes organizações internacionais de que estávamos quase sempre afastados. Foi uma política primeiro esboçada e cheia de dificuldades, depois consolidada de cooperação com os PALOP's, foi o pedido de ingresso na então CEE. Tudo isto representou uma viragem de 180 graus em matéria de política externa, que considero globalmente positiva e que estava na lógica da mudança política fundamental que o 25 de Abril trouxe consigo.

Ao olharmos para trás e para hoje antes de olharmos para a frente é altura de perguntar, será que cometemos todos nós algum erro principal durante os últimos 30 anos enquanto se concebeu e executou, com grande consenso nacional, esta política que acabei de descrever sinteticamente? Gostaria de recordar que eu próprio escrevi pelo meu punho no programa do então CDS, em 1974, que Portugal devia estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo. Era o sentimento geral dos Portugueses, era o contraponto da política do orgulhosamente sós, mas era também, sem talvez termos consciência disso, a continuação no plano infra-estrutural profundo do mito de Portugal como potência universal também explorado subliminarmente por Oliveira Salazar e Alberto Franco Nogueira, sendo deste último a frase «em diplomacia temos de ser capazes de ver em grande e de realizar em grande». É também dele a concepção planetária de Portugal como interlocutor

permanente com o mundo inteiro. Com os Estados Unidos e com a Europa através da NATO, com o Brasil através da língua portuguesa, com mais de uma dezena de países africanos importantes através da Guiné, Angola e Moçambique, com a Índia através de Goa, com a China através de Macau e com a Indonésia e Austrália através de Timor. Muitos Portugueses ficavam como que deslumbrados com esta enorme grandeza, com este universalismo, com este estatuto de potência mundial nunca expressamente proclamados, mas sempre subliminarmente instilado. Com a descolonização, e após os traumas iniciais, mais razões havia ainda para nos agarrarmos ao mito de Portugal como potência universal. Perdêramos as colónias, é certo, mas ganhámos outros tantos povos irmãos. Extinguira-se o império, é verdade, mas surgiria no seu lugar a CPLP e todos os países vizinhos dos PALOP passaram a ser considerados como nossos vizinhos, dantes inimigos, hoje sinceros amigos.

Durante o Estado Novo, Portugal era uma potência universal sim, mas rodeada de inimigos. Agora, após o 25 de Abril, Portugal era mais e melhor do que isso, uma potência universal rodeada de amigos.

Veio a fase das missões militares internacionais de paz e de fins humanitários e Portugal sinceramente alinhou. Assim se expandia a sua projecção no imaginário colectivo para a Europa do Leste, para a África do Norte, para o Médio Oriente e vieram o Afeganistão e o Iraque e Portugal alinhou porque sempre se considerava no seu íntimo a potência universal, onde estivessem a América, a Rússia, a China, a França e a Inglaterra aí podíamos e devíamos estar nós também activos e intervenientes. É quase como se do inconsciente colectivo Portugal se tivesse autoproclamado e se considerasse sinceramente como o sexto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Veio a projecção da NATO para fora da sua área geográfica inicial. Votámos obviamente a favor, veio o projecto de intervenção rápida europeia votámos obviamente a favor; veio a ideia de enviar 120 guardas ou soldados da GNR para o Iraque, nem sequer hesitámos. Tornámo-nos num abrir e fechar de olhos na grande potência universal capaz de ver em grande e de realizar em grande ao lado dos grandes, agora com a vantagem de não estarmos a defender egoisticamente interesses próprios, mas sim a proteger altruisticamente interesses alheios. De tal maneira isso correspondia aos desejos de ultrapassar a frustração da perda do império que o ministro dos Negócios Estrangeiros, fosse ele quem fosse, fizesse ele o que fizesse, era sempre o membro do Governo mais altamente cotado nas sondagens e chegámos ao ponto de um dos titulares do cargo, jovem, inteligente, audacioso, sintetizar há menos de dois anos a nossa política global. É de facto o regresso às caravelas.

Lamento muito, minhas senhoras e meus senhores, se vou desiludir Vossas Excelências com uma espécie de anti-climax, mas eu não me revejo hoje na concepção que acabo de vos expor e queria-vos dizer, entre parêntesis, sobretudo aos ilustres representante da Comunicação Social, que o que vou dizer daqui para a frente não tem nada a ver com o actual ministro dos Negócios Estrangeiros ou com o actual ministro da Defesa. Sou amigo do actual ministro dos Negócios Estrangeiros e considero que o actual ministro da Defesa tem sido no contexto do Governo a que pertence, um bom ministro. Mas se exceptuarmos o período áureo da nossa expansão ultramarina nos

séculos XV e XVI, sob a égide do grandioso Tratado de Tordesilhas, a verdade é que em minha opinião Portugal nunca foi, não é e nunca será uma potência universal. Temos espírito universalista e isso é muito bom, mas é diferente. Não somos uma potência universal, pura e simplesmente porque não somos uma grande potência. Somos um pequeno país de dez milhões de habitantes com o mais baixo nível de vida dos 15 países europeus que eram membros da União Europeia até 1 de Maio deste ano. Não temos dimensão humana, geográfica, económica, financeira ou militar para sermos uma grande potência e muito menos uma potência universal. Mais ainda no plano económico, financeiro e militar o nosso valor acrescentado na União Europeia, na NATO ou nos capacetes azuis da ONU é praticamente nulo, mas o esforço para estarmos presentes em toda a parte e em todas as iniciativas «urbi a dorbi» é um esforço caro, penoso e em certa medida inútil. Sejamos realistas: o que é que valem ou de que é que adiantam 120 GNR no Iraque? Porque o fazemos? Para parecer que somos grandes, para compensar a perda do império, para distrair as atenções dos graves problemas domésticos para que não sabemos encontrar a resposta ou, pura e simplesmente, para afagarmos a nossa autoestima colectiva? Não andaremos todos equivocados a colocar o ministro dos Negócios Estrangeiros seja ele quem for, no primeiro lugar das sondagens e a colocar no último lugar os ministros da Economia, da Finanças e dos Assuntos Sociais, mesmo que estejam a fazer o seu melhor para promover o nosso desenvolvimento sustentado?

Sou levado a concluir que temos de provocar rapidamente uma inflecção do nosso projecto colectivo, primeiro abandonando de uma vez por todas o complexo imperial e, depois, substituindo claramente por uma vontade firme de conferir prioridade urgente às políticas internas de justiça social, enquanto formos o país mais pobre dos 15 e em breve se calhar um dos mais pobres dos 25, enquanto formos o país europeu com a mais ampla desigualdade entre ricos e pobres, enquanto tivermos dois milhões de portugueses abaixo do limiar da pobreza não podemos gastar tanto dinheiro em embaixadas e canhões. Temos de orientar as nossas prioridades para o combate à pobreza, às desigualdades sociais e à injustiça social e, quando daqui a 15 ou 20 anos, tivermos ganho esse combate, pelo menos em níveis razoáveis, e tivermos atingido pelo menos a média europeia, então sim, então é que por sermos um país justo e evoluído cá dentro seremos respeitados e admirados lá fora.

Esta mudança, se tiver lugar, terá consequências imediatas na política externa portuguesa das próximas décadas. Apontarei as cinco mais importantes: primeiro, teremos que ter a coragem de fechar ou de agrupar embaixadas de acordo com os nossos interesse prioritários. Há muitas que pura e simplesmente não se justificam.

Segundo, deveremos notificar as organizações internacionais a que pertencemos, de que nos tempos mais próximos e até resolvermos os problemas da nossa justiça social não participaremos com tropas nenhuma em qualquer missão internacional, salvo no âmbito da CPLP.

Terceiro, teremos de criar um ministério da Cooperação para melhorar a coordenação efectiva dos nossos esforços em direcção aos PALOPS's e a Timor.

Quarto, teremos de definir como prioridades na nossa política externa a União Europeia e a CPLP e ainda a captação de investimento estrangeiro, que

sendo trabalho intensivo conduza à criação maciça de novos empregos em Portugal.

Quinto, teremos de reconduzir o nosso atlantismo tradicional ao quadro da política externa e de segurança comum da União Europeia sem qualquer protagonismo em bicos dos pés, nas diversas fotografias dos Açores, para que os grandes gostam de arrastar os pequenos, embora depois os ignorem em todo o resto.

Aposta no projecto europeu pois é daí que virá a garantia da democracia e o apoio ao desenvolvimento, por mais seguidistas que sejamos ou que fossemos em relação aos Estados Unidos da América podemos ter a certeza de que não haverá nenhum novo Plano Marshall americano para Portugal. Os fundos que vierem virão da União Europeia.

Estas as cinco principais consequências práticas e importantes que tiraria da concepção apresentada. Outras haverá certamente, mas o tempo não consente que eu vá mais longe.

Muitos me perguntarão e então o mar? Eu sou a favor de uma política que valorize as potencialidades marítimas de Portugal, mas não sou apologista do regresso às caravelas ou do atlantismo unilateral em bicos dos pés. Aliás, em matéria de valorização de potencialidades marítimas de países costeiros com o Atlântico, os países nórdicos da Europa fazem muito mais e muito melhor do que nós e não consta que na sua retórica política apresentem os seus êxitos como um retorno aos vikings. Chegou o momento, minhas senhoras e meus senhores, creio eu, de substituir o Tratado das Tordesilhas pelo Sermão da Montanha. Se o fizermos seremos dentro em breve um país mais justo, mais coeso e mais fraterno, um país que se poderá orgulhar dos objectivos iniciais do 25 de Abril, e então o mundo respeitar-nos-á muito mais por sermos isso do que pela força aparente das nossas baionetas.